



AIUABA
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI N° 176/2021 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021.

EMENTA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE AIUABA, ESTADO DO CEARÁ, PARA O EXERCICIO DE 2022.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE AIUABA-CE**, submete à apreciação e deliberação da Câmara Municipal de **AIUABA-CE** o seguinte projeto de lei:

Faço Saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de AIUABA para o Exercício Financeiro de 2022, compreendendo:

I - O orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo; seus Fundos, Órgãos e Unidades da Administração Municipal direta e indireta.

II - O orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e Órgãos a ele vinculados da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como os Fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 2º - A receita total é estimada no valor de **R\$ 75.145.430,00** (Setenta e cinco milhões cento e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta reais)



AIUABA
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - As receitas decorrentes da arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas na parte II, em anexo a este Projeto de Lei, são estimadas com os seguintes desdobramentos:

F O N T E S	VALOR
1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Receitas Correntes	80.151.880,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	3.731.950,00
Contribuições	1.918.500,00
Receita Patrimonial	1.086.175,00
Transferências Correntes	69.050.355,00
Outras Receitas Correntes	4.364.900,00
Receitas de Capital	1.770.250,00
Alienações de Bens	57.750,00
Transferências de Capital	1.690.500,00
Outras Receitas de Capital	22.000,00
Receitas Correntes - intra	22.050,00
Contribuições	22.050,00
Deduções de Receita	-6.798.750,00
Deduções do FUNDEB	-6.798.750,00
Receitas Correntes - retif. - Fundeb	-6.798.750,00
Transferências Correntes	-6.798.750,00
SUBTOTAL	75.145.430,00
TOTAL GERAL	75.145.430,00



AIUABA
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 4º - A Despesa total, no mesmo valor da Receita total é fixada:

I - No Orçamento Fiscal, em R\$ 49.249.561,25 (Quarenta e nove milhões duzentos e quarenta e nove mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos).

II - No Orçamento da Seguridade Social em R\$ 25.895.868,75 (Vinte e cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil oitocentos e sessenta e oitos reais e setenta e cinco centavos).

Art. 5º - A despesa fixada a conta de recursos previstos neste Projeto de Lei, observada a programação constante da parte I, em anexo a este Projeto de Lei, apresenta, por Órgãos o seguinte desdobramento:

Ó R G Ã O	VALOR
1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 - Câmara Municipal	1.800.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	1.149.225,00
03 - Sec. de Adm. e Planejamento SEAPLAN	3.510.580,00
04 - Sec. de Finanças SEFIN	1.590.715,00
05 - Sec. de Educação e Cultura SEDUC	28.234.236,25
06 - Sec. da Saúde SESA	20.525.143,75
07 - Sec. de Infraestrutura e Urb. SEINFRA	10.458.525,00
08 - Sec. de Agric., M.e Amb.e Def. Civil SEA	1.207.605,00
09 - Sec. Municipal da Assistência Social SAS	3.790.325,00
11 - Sec. de Desenv. Econ. e Empreend. SEEMP	310.310,00
12 - Sec. de Transporte	607.530,00
15 - Fundo Municipal do Meio Ambiente	357.735,00
99 - Reserva de Contingência	23.100,00
SUBTOTAL	73.565.030,00
2 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
14 - Fundo Mun. de Prev. do Munic. de Aiuaba	1.580.400,00
SUBTOTAL	1.580.400,00
TOTAL GERAL	75.145.430,00



AIUABA
PREFEITURA MUNICIPAL

Parágrafo Único - O poder Executivo poderá:

I - Designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias:

Art. 6º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nas dotações orçamentárias a Eles atribuídas, autorizados a:

I - As adequações orçamentárias que se fizerem necessárias, no transcurso do exercício financeiro de 2022, poderão ser ajustadas, nos ditames do Artigo nº 43 da Lei nº 4.320/64, até o valor previsto para as despesas de 2022, por ato do executivo, e do legislativo nas suas ordenações, e dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, precedida de justificativa para as alterações dos valores inicialmente fixados nesta Lei.

II - Suplementares Projetos e Atividades, financiadas à conta de recursos provenientes de convênios, poderão ser suplementadas até o valor total das transferências, utilizando como fonte de recursos a definida no parágrafo 1.º do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

III - Suplementares Projetos e Atividades financiados à conta da receita com destinação específica, utilizando como fonte de recursos a definida no parágrafo 1.º do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.



IV - Abrir créditos adicionais suplementares, observando os limites definidos na Constituição Federal, utilizando como fonte de recursos a definida no parágrafo 1.º do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, até o limite de 100% (cem por cento) da receita prevista neste orçamento.

V - Promover medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo cumprimento da receita.

Art. 7º - É o Poder Executivo autorizado a proceder ao remanejamento parcial de dotações consignadas a unidades orçamentárias extintas ou reformuladas para outras que absorvem ou não atribuições correspondentes.

Art. 8º - Os créditos especiais autorizados no último quadrimestre do exercício financeiro de 2022 e os extraordinários, quando reabertos na forma do parágrafo 2º do art. 167 da Constituição Federal, serão classificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 9º - o desdobramento dos elementos de gastos 339030 - Material de Consumo; 339036 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física; 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídico; 449052 - Equipamentos e Material Permanente, a que rege a Portaria STN 488, de 13 de Setembro de 2002, serão detalhados através de decretos no decorrer do exercício, de acordo com as necessidades de gastos do município.



Art. 10º - As insuficiências orçamentárias não acobertadas no artigo 6º desta Lei poderão ser ajustadas ao valor de suas necessidades, no transcurso da execução orçamentária, utilizando-se as mesmas fontes nele definidas.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de AIUABA - CE, 01 de dezembro de 2021.


Ramilson Araújo Moraes
Prefeito Municipal